

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: PARA
MUNICÍPIO: SANTA IZABEL DO PARA

Relatório Anual de Gestão 2021

MARIA JOSE DOS SANTOS ASSUNCAO
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho
- 9.5. Covid-19 Repasse União
- 9.6. Covid-19 Recursos Próprios
- 9.7. Covid-19 Repasse Estadual

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	PA
Município	SANTA IZABEL DO PARÁ
Região de Saúde	Metropolitana II
Área	717,62 Km ²
População	72.856 Hab
Densidade Populacional	102 Hab/Km ²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 28/06/2022

1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE SANTA IZABEL
Número CNES	6342302
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	05171699000176
Endereço	RUA JOAO COELHO 1200
Email	smssip@bol.com.br
Telefone	91-37442216

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 28/06/2022

1.3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	EVANDRO BARROS WATANABE
Secretário(a) de Saúde em Exercício	MARIA JOSE DOS SANTOS ASSUNCAO
E-mail secretário(a)	rhservidor2019@gmail.com
Telefone secretário(a)	91981006648

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 28/06/2022

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	12/1995
CNPJ	11.745.308/0001-82
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	Maria José dos Santos Assunção

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 28/06/2022

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2018-2021
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 17/05/2022

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Metropolitana II

Município	Área (Km ²)	População (Hab)	Densidade
ACARÁ	4343.772	55744	12,83
BUJARU	1005.16	29717	29,56
COLARES	609.776	12175	19,97
CONCÓRDIA DO PARÁ	690.942	34236	49,55
SANTA IZABEL DO PARÁ	717.615	72856	101,53

SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	537.627	32346	60,16
SÃO CAETANO DE ODIVELAS	748.694	18207	24,32
TOMÉ-AÇU	5145.325	64604	12,56
VIGIA	533.855	54650	102,37

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2021

1.7. Conselho de Saúde

Instrumeto Legal de Criação	LEI		
Endereço	Av. Francisco Amâncio O Centro		
E-mail	melqueaf@yahoo.com.br		
Telefone	9192336105		
Nome do Presidente	Melquesedeque Alves Filho		
Número de conselheiros por segmento	Usuários	12	
	Governo	5	
	Trabalhadores	5	
	Prestadores	0	

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência: 202106

1.8. Casa Legislativa

1º RDQA	2º RDQA	3º RDQA
Data de Apresentação na Casa Legislativa	Data de Apresentação na Casa Legislativa	Data de Apresentação na Casa Legislativa
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

• Considerações

As informações territoriais apontam um discreto aumento populacional de apenas **1.019 habitantes** correspondente a 1,01% no comparativo da população de 71.837 habitantes de 2020 e 72.8 habitantes de 2021.

Com relação aos dados da Secretaria Municipal de Saúde verifica-se necessidade de atualização dos dados a seguir:

CNPJ próprio: 11745.308.0001.82;

E-mail: smssipa@gmail.com

Telefone: (91) 3744-2142

No item da Gestão deve-se atualizar os itens a baixo:

E-mail: massuncao7539@gmail.com

Telefone: (91) 9.9278-4728

No fundo Municipal segue dados abaixo:

Instrumento de criação: Lei nº 15, de 13 de abril de 1992 (**dados corrigidos**);

Data de criação: 13 de abril de 1992

CNPJ: 11745.308.0001.82;

Gestor do Fundo: Maria José dos Santos Assunção

A população da região demonstra que houve um aumento de 9.430 habitantes de 2020 para 2021.

No item que corresponde aos dados do Conselho Municipal de Saúde **verifica-se que o SIOPS ainda não fez atualização conforme solicitado no ano de 2020. Porém, a composição no terceiro quadrimestre, especificamente no início do mês de novembro de 2021 passou a vigorar a paridade de acordo com o resultado da 12ª Conferência Municipal de Saúde.**

Assim, no final do ano a composição foi regularizada enquanto paridade de 12 Conselheiros, sendo 06 usuários, 03 trabalhadores e 03 Gestores. Na condução dos trabalhos a posição de Presidente ainda permaneceu a senhora MARIA AUXILIADORA MORAES PANTOJA a ser substituída no ano de 2022.;

Com relação a data da apresentação dos Relatórios Quadrimestrais na Casa Legislativa informa-se que está programada para o mês de setembro 2023.

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

O município de Santa Isabel do Pará, apresenta o Relatório Anual de Gestão (RAG), referente às ações e serviços de saúde realizadas no ano de 2021. O Relatório de Gestão é o instrumento de prestação de contas e avaliação das ações e serviços realizados pelos diferentes entes do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme a Lei Nº 8.142/1990, referenciado também na Lei Complementar Nº 141/2012.

Constitui-se no instrumento de comprovação da aplicação dos recursos e tem a finalidade de apresentar os resultados alcançados na execução da Programação Anual de Saúde (PAS). É a principal ferramenta de acompanhamento e monitoramento da gestão da saúde. Através do resultado do trabalho realizado durante o ano, este instrumental vem subsidiar a gestão municipal com relação a análise dos indicadores de saúde, metas alcançadas, entraves, avanços e desafios para o replanejamento das ações programadas.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

A disponibilização dos dados do SINASC, SIM e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DAENT/SVSA e DRAC/SAES

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2021

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	2468	2358	4826
5 a 9 anos	2622	2495	5117
10 a 14 anos	3096	2763	5859
15 a 19 anos	3796	2888	6684
20 a 29 anos	7586	6184	13770
30 a 39 anos	7261	5908	13169
40 a 49 anos	5424	4863	10287
50 a 59 anos	3335	3358	6693
60 a 69 anos	1841	1901	3742
70 a 79 anos	887	997	1884
80 anos e mais	344	481	825
Total	38660	34196	72856

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)
Data da consulta: 04/07/2022.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2017	2018	2019	2020
Santa Izabel do Pará	960	1019	996	939

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 04/07/2022.

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2017	2018	2019	2020	2021
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	234	196	199	320	476
II. Neoplasias (tumores)	101	108	88	117	109
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	12	13	26	26	57
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	39	38	44	49	66
V. Transtornos mentais e comportamentais	31	31	36	38	40
VI. Doenças do sistema nervoso	12	21	15	19	25
VII. Doenças do olho e anexos	8	8	26	6	12
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	3	1	3	-	2
IX. Doenças do aparelho circulatório	110	138	123	170	182
X. Doenças do aparelho respiratório	223	212	217	188	181
XI. Doenças do aparelho digestivo	192	229	205	236	290
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	74	36	54	43	46
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	32	31	28	20	35
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	95	116	119	133	106
XV. Gravidez parto e puerpério	918	1035	939	974	978
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	126	160	127	139	123
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	11	15	10	18	21
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	31	29	59	26	55
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	402	493	478	438	472

XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	90	125	144	102	111
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	2744	3035	2940	3062	3387

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 04/07/2022.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2017	2018	2019	2020
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	10	16	18	66
II. Neoplasias (tumores)	43	49	44	38
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	1	4	2
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	41	43	44	55
V. Transtornos mentais e comportamentais	5	7	8	6
VI. Doenças do sistema nervoso	9	2	6	8
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	1	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	98	75	68	103
X. Doenças do aparelho respiratório	24	33	35	21
XI. Doenças do aparelho digestivo	19	7	12	17
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	1	-	2
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	2	1	1	2
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	6	8	6	8
XV. Gravidez parto e puerpério	1	1	-	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	6	6	9	8
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2	2	4	5
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	15	8	12	21
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	65	83	66	51
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-
Total	346	344	337	413

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 04/07/2022.

• Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

O Município de Santa Izabel do Pará no ano de 2021 apresenta uma população estimada de **72.856 habitantes** e densidade demográfica de **82,86% km²/hab**, sendo considerado um pequeno aumento populacional de 1,01% e corresponde a **1.019 habitantes** comparado com 71.837 habitantes no ano de 2020. (Fonte: estimativa IBGE 2020 e 2021).

3.1 - Dentre a referida população geral identificou-se **53,06% o gênero masculino** (38.660 hab.) e **46,93% do Gênero feminino** (34.196 hab.). Com relação a faixa etária o resultado do consolidado do item 3.1 demonstra ma população de 20 a 29 anos de idade (13.770 hab), seguido de 30 a 39 anos (13.162 hab.), e na sequência segue de 40 a 49 anos (10.287 hab.), 50 a 59 anos (6.693 hab) e 15 a 19 anos (6.684 hab).

Comparado ao ano de 2020 observa-se que a população masculina continua com maior prevalência, porém, com pouca discrepância revelando a necessidade de intensificar as ações de prevenção e promoção da Saúde Homem.

Vale ressaltar que a população de 10 a 49 anos considerada em idade fértil soma um total de 49.769 habitantes. Destaca-se a faixa etária de 10 a 19 anos com 5.651 pessoas pelo alto índice de gravidez adolescência, necessitando intensificação nas ações de saúde do escolar em parceria com Atenção Primária em Saúde, considerando que parte expressiva desse quantitativo está no espaço escolar, dentre outras interfaces.

3.2- Na série histórica de 2017 a 2020 identificou-se uma pequena oscilação de nascidos vivos com média de 900 partos ao ano apontando o ano de 2018 com maior número no total de 1.019 nascimentos, ressaltando que no de 2020 foram 939 nascimentos.

Neste contexto os registros do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/2020) revela que as gestantes em sua maioria são atendidas no município de Belém com 395 nascimentos, seguido do Município Castanhal com 218, Hospital Divina Providência localizado no município de Marituba com 149, Município de Ananindeua com 121 e Hospital Municipal de Santa Izabel do Pará com 38 nascimentos entre partos habituais.

Essa realidade demonstra que o município carece de maior investimento nos serviços de média e alta complexidade voltado a saúde da mulher no próprio território. Atualmente a rede de cuidados de atenção a gestante perpa pelo Hospital Municipal Edilson Abreu, o qual encontra-se em fase de reforma e ampliação tendo como referência de fluxo na pactuação o Hospital Divina Providência para partos habituais e Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará nos casos de partos de alto risco.

3.3.- Nesta avaliação observamos 3.387 internações no ano de 2021. Tal resultado demonstra prevalência no Capítulo XV Gravidez parto e puerpério com 978 internações com 4 internações a mais comparando ao ano de 2020 (974) equivalente a 28,87%. Em segundo lugar posiciona-se o item II - Algumas doenças infecciosas e parasitárias com 476 casos representando 14,05%. Na sequência o Capítulo XIX Lesões envenenamento e algumas outras consequências de causas externas com 472 internações. As doenças do Aparelho Digestivo assume a 4ª posição com 290 internações representando 8,56%, as doenças do Aparelho circulatório e respiratório se aproximam com 182 e 181 internações. Faz-se necessário citar as Neoplasias (tumores) com 109 internações devido a relevância deste agravo no contexto de prevenção e promoção de saúde.

3.4. - A mortalidade por grupo de causas revela o total de 413 óbitos no ano de 2020 com o ranking a seguir: primeiro lugar as doenças do aparelho circulatório com 103 casos. Segundo Algumas doenças infecciosas e parasitárias com 66 casos. Terceiro as doenças endócrinas nutricionais e metabólicas com 55 óbitos e em quarto lugar as causas externas de morbidade e mortalidade com 51 casos, dentre outros.

A análise dos dados acima aponta a recorrência de problemáticas que perpassam pela necessidade da intensificação no cuidado realizado na APS, implementação de serviços de média complexidade e novas pactuações de complexidade. Diante da realidade a PAS será revisada e reorganizada com novas estratégias para execução no ano de 2022.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

A disponibilização dos dados do SIS AB, SIA e SIH, no DGMP, depende do prazo de publicação, respectivamente, pelos DESF/SAPS e DRAC/SAES

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	290.383
Atendimento Individual	60.995
Procedimento	34.073
Atendimento Odontológico	14.494

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	4251	42316,41	-	-
03 Procedimentos clínicos	1827	8657,04	965	599137,60
04 Procedimentos cirúrgicos	2780	77897,20	62	33921,02
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	103	15450,00	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	229	30277,50	-	-
Total	9190	174598,15	1027	633058,62

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 28/06/2022.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Qtd. aprovada	Valor aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	2230	282,75
Sistema de Informações Hospitalares		
Forma de Organização	AIH Pagas	Valor total
---	---	---

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 28/06/2022.

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	5912	4568,40	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	208699	677008,03	-	-
03 Procedimentos clínicos	116875	628336,32	966	599636,20
04 Procedimentos cirúrgicos	5543	123038,58	62	33921,02
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	103	15450,00	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	229	30277,50	-	-
Total	337361	1478678,83	1028	633557,22

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual.
Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	3265	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	540	-
Total	3805	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 28/06/2022.

• Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

4.1- Produção de Atenção Básica- No ano de 2021 foram registrados 290.383 visitas domiciliares, 60.995 atendimentos individuais, 34,073 procedimentos e 14.494 atendimentos odontológicos.

4.2- A tabela 4.2 apresenta a produção ambulatorial e hospitalar (regime de internação), de caráter de urgência de média complexidade, com referência a alta complexidade não se aplica por grupo de procedimentos com finalidade diagnóstica, clínica, cirúrgica, transplantes, órteses, próteses, materiais especiais (não relacionados ao ato cirúrgico). Os recursos federais destinado a ações e serviços de saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalares estão atualmente organizados no teto MAC que inclui os recursos de custeio que são transferidos automaticamente aos fundos de saúde.

Os recursos financeiros são transferidos após apuração da produção dos estabelecimentos de saúde, registrados pelo Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) e Hospitalar (SIH). Na quantidade aprovada no sistema de informação ambulatorial são 91.190 equivalente a R\$ 174.598,15 (Cento e setenta e quatro mil quinhentos e noventa e oito reais e quinze centavos e no sistema de informações hospitalares totaliza 1.027 Autorização de Internações Hospitalares correspondente a R\$ 633.058,62 (Seiscentos e trinta e três mil cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos)

4.3.-A coleta de dados sobre Produção de Atenção Psicossocial (considerando o Atendimento/Acompanhamento Psicossocial-030108), foi realizada segundo a forma de organização, a quantidade e o valor aprovado e a seleção dos dados contidos no consolidado do ano de 2021, com dados extraídos do Datasus do período de janeiro a dezembro de 2021. A Produção da Atenção Psicossocial do ano de 2021, totalizam 2.230 atendimentos), correspondente a R\$ 282,75 (Duzentos e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Importante salientar, que em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou Estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), em razão da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), com subsequente definição do mesmo estado pelo Ministério da Saúde (MS), em 3 de fevereiro de 2020. Apesar dessa situação, em 2021 reiniciou-se gradualmente a retomada das atividades, principalmente, daquelas envolvendo grupos e oficinas terapêuticas.

4.4.-Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos- No sistema de informações ambulatoriais a quantidade de procedimentos aprovados totalizou 337.361 equivalente a R\$ 1.478.678,83 (Hum milhão quatrocentos e setenta e oito mil seiscentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos) e no Sistema de Informações Hospitalares totalizou-se 1.028 Autorizações de Internações Hospitalares-AIH equivalente a R\$ 633.557,22 (Seiscentos e trinta e três mil quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos)

4.5- Assistência Farmacêutica - Não há produção na gestão municipal.

4.6- Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos- Ações de promoção e prevenção em saúde totalizou 3.265 ações e 540 com Procedimentos com finalidade diagnóstica.

A quantidade de Produção aprovada e os valores apresentados do Grupo de Procedimentos de Urgência e Serviços da Atenção Hospitalar e Ambulatorial Especializada, demonstram uma evolução no quantitativo no ano de 2020, quando comparamos com os números de Produção dos serviços realizados como Município Executor em anos anteriores.

Foram realinhados na Programação Física Orçamentária / FPO: Serviços de Laboratório Clínico, Serviços de Rádio Diagnósticos e Procedimentos Cirúrgicos. O Sistema CNES também sofreu alterações com atualização Profissionais e Cadastros de Serviços Classificação especializados.

A evolução no quantitativo de Procedimentos não tem relação com o programado em PPI em anos anteriores e sim com o comparativo de produção processada em 2019 e 2020.

Considerando os dados apresentados, em especial a Gestão dos Serviços Ambulatoriais, recomendamos:

- Análise de Pactuação Programada e Integrada (PPI) dos serviços como Município Executor e encaminhador;
- Realinhamento de Teto Físico e Financeiro com necessidade de modificação do cenário de capacidade técnica instalada.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 12/2021

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	0	1	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	6	21	27
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	0	2	2
HOSPITAL GERAL	0	0	1	1
CENTRAL DE ABASTECIMENTO	0	1	0	1
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	3	3
POSTO DE SAUDE	0	0	7	7
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	1	1	2
POLO ACADEMIA DA SAUDE	0	0	2	2
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	0	1	1
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	2	2
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	0	1	1
Total	0	8	42	50

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 28/06/2022.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2021

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRACAO PUBLICA				
MUNICIPIO	40	0	0	40
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	0	8	0	8
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	2	0	0	2
Total	42	8	0	50

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 28/06/2022.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

O município mantém uma rede assistencial com ótima cobertura de APS. No entanto, ainda apresenta necessidade de implementação de serviços na média complexidade e realinhamento de teto na alta complexidade.

Com relação a rede física prestadora de serviços ao SUS, verificou-se que na Rede física de estabelecimentos de saúde acrescentou-se: Vigilância Sanitária (CNES:), Serviços de CTA e Laboratórios (CEMEL, Pinheiro e Ruth Brazão).

Quanto a Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica adicionou-se 04 unidades.

Quanto ao item de Consórcios em saúde registra-se que o ente não está vinculado a consórcio público em saúde.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

A disponibilização dos dados do SCNES, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DRAC/SAES.

Período 02/2021

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	1	3	4	39	151
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	0	0	0	1	0
	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	46	22	46	126	2
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	6	0	7	3	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 04/07/2022.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2017	2018	2019	2020	
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	1	1	0	0	
	Celetistas (0105)	1	1	1	1	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	207	206	210	209	

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2017	2018	2019	2020	
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	16	18	13	14	
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	226	248	270	351	

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 04/07/2022.

• Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

O arcabouço dos Recursos Humanos na área da saúde apresenta uma estrutura composta de servidores efetivos, contratados, serviços prestados, comissionados e Gestão, com diferentes regulamentações, jornadas de trabalho condizentes com cada forma de contratação e/ou admissão.

A realidade do município no ano de 2021 em função da Pandemia COVID 19 ainda foi necessária contratações e/ou manutenção de servidores contratados para enfrentamento deste fenômeno ordem internacional.

Assim sendo, o quadro de profissionais de saúde no final do ano de 2021 aproxima-se a 500.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especial, ambulatorial e hospitalar, garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

OBJETIVO Nº 1.1 - Ampliar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especial, ambulatorial e hospitalar									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Aumentar o % de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	Percentual			98,00	90,00	Percentual	81,34	90,38
Ação Nº 1 - Monitorar o desempenho do PBF com relação a área da saúde									
Ação Nº 2 - Avaliar e acompanhar as condições de saúde do usuário do PBF									
Ação Nº 3 - Promover ações de Alimentação Adequada e Saudável - PAAS									
Ação Nº 4 - Intensificar as ações integralizadas do tripé intersetorial entre Saúde, Educação e Assistência Social									
Ação Nº 5 - Promover capacitação para APS sobre o PBF através da Educação Permanente									
2. Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para cobertura de 81% equipes de saúde bucal implantadas.	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica.	Percentual			99,00	95,00	Percentual	92,24	97,09
Ação Nº 1 - Garantir manutenção preventiva e assistência técnica dos equipamentos odontológicos									
Ação Nº 2 - Manter com regularidade os insumos e medicamentos odontológicos de todas as Unidades de Saúde e ESB									
Ação Nº 3 - Manutenção e qualificação do Laboratório de Prótese									
Ação Nº 4 - Promover processos de formação/atualização da equipe de Saúde Bucal através da Educação Permanente									
Ação Nº 5 - Qualificar o fluxo de atendimento com a rede de urgência e emergência municipal									
3. Aumentar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada.	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	Percentual			1,78	0,80	Percentual	0,34	42,50
Ação Nº 1 - Intensificar e ampliar o trabalho intersetorial através do PSE									
Ação Nº 2 - Promover processos formativos de capacitação/atualização aos profissionais de Saúde Bucal através da Educação Permanente									
4. Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	Percentual	2017	90,00	100,00	100,00	Percentual	97,62	97,62
Ação Nº 1 - Expandir a cobertura de ESF									
Ação Nº 2 - Expandir a cobertura de ACS									
Ação Nº 3 - Implantação do Prontuário Eletrônico Cidadão em todas as ESF									
Ação Nº 4 - Renovar equipamentos e mobiliários das Unidades que apresentam necessidade									
Ação Nº 5 - Construção e/ou reforma das Unidades/ESF através de Emendas Parlamentares									
Ação Nº 6 - Assegurar participação dos profissionais em eventos de cursos, capacitação, aperfeiçoamentos e outros em âmbito estadual e/ou nacional									
Ação Nº 7 - Promover processos de formação de prevenção e outros através de educação permanente									
Ação Nº 8 - Ampliar o quantitativo de Técnico de Enfermagem na cobertura das ESF/UBS									
5. Redução de interações de causas sensíveis à Atenção Básica.	Proporção de interações por condições sensíveis à Atenção Básica (Icsab).	Proporção	2017	9,50	8,00	10,00	Proporção	0,43	4,30
Ação Nº 1 - Desenvolver o nível de resolutividade da Atenção Primária em Saúde									
Ação Nº 2 - Otimizar o serviço diagnóstico e terapêutico no município									
Ação Nº 3 - Promover capacitação aos profissionais da APS com foco na prevenção, diagnóstico e tratamento em causas sensíveis a internação de APS									
Ação Nº 4 - Garantir o suporte terapêutico de medicamento da APS									
Ação Nº 5 - Intensificar o trabalho integralizado com outros níveis de atenção em saúde do município									
Ação Nº 6 - Qualificar o fluxo de atendimento com outros níveis de atenção em saúde municipal									
6. Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de média complexidade selecionados para a população residente	Razão de procedimentos ambulatoriais de média complexidade e população residente.	Razão	2018	32,00	32,00	32,00	Percentual	40,00	125,00
Ação Nº 1 - Implantar o serviço Centro Especializado de Atenção Integral a Saúde da Mulher/CEESM, de acordo com a readequação espaço físico da Unidade de Pronto Atendimento Porte II									

Ação Nº 2 - Implantar o serviço de Centro de Apoio Diagnóstico e Terapêutico/CADT, de acordo com a readequação espaço físico da Unidade de Pronto Atendimento Porte II									
Ação Nº 3 - Implantar o serviço Centro de Testagem e Acolhimento/CTA, de acordo com a readequação espaço físico da Unidade de Pronto Atendimento Porte II									
Ação Nº 4 - Mobilizar junto aos espaços inter federativos (CIR/CIB/outros) o realinhamento da Pactuação Programada e Integrada/PPI									
Ação Nº 5 - Ampliar oferta de serviços de média complexidade com vinculação no próprio município									
7. Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade selecionados para a população residente	Razão de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade e população residente.	Razão	2018	32,00	32,00	10,00	Percentual	10,91	109,10
Ação Nº 1 - Ampliar a capacidade de oferta e cobertura de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade na PPI									
Ação Nº 2 - Manter e qualificar o Programa de Tratamento Fora de Domicílio									
Ação Nº 3 - Articular junto aos órgãos inter federativas (CIR/CIB/ outros) o realinhamento da Programação Pactuada e Integrada									
Ação Nº 4 - Intensificar os cuidados paliativos através do Programa Melhor em Casa									
Ação Nº 5 - Estreitar a relação governamental das esferas municipal e estadual para garantir o acesso ao Hospital Regional de Castanhal dos municípios da Macro região II									
8. Implantar o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) ou enviar o conjunto de dados por meio do serviço Webservice, em X% dos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica.)	Percentual de municípios com o Sistema Hórus implantado ou enviando o conjunto de dados por meio do serviço Webservice	Percentual	2018	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter a regularidade do acesso da Assistência Farmacêutica em todas as redes de atenção em saúde									
Ação Nº 2 - Realizar adesão ao Programa Qualificar SUS									
9. Ampliar o nº de leitos em %	Número de Leitos hospitalares do SUS por mil habitantes.	Percentual	2018	1,90	1,90	2,00	Percentual	1,50	75,00
Ação Nº 1 - Ampliar a capacidade de oferta e cobertura de leitos de média e alta complexidade intra municipal e/ou pactuação (PPI)									
Ação Nº 2 - Habilitar o serviços de Pediatria Clínica, Obstetrícia para parto de risco habitual e Cirurgia Eletiva no Hospital Municipal									
10. Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com exame cito patológico a cada três anos.	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	Razão	2018	0,50	0,50	50,00	Percentual	0,35	0,70
Ação Nº 1 - Qualificar a Rede de Atenção de Saúde Municipal para melhor acesso das mulheres aos serviços de saúde									
Ação Nº 2 - Realizar busca ativa sistemática das mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos para realização de coleta de exames citopatológicos									
Ação Nº 3 - Garantir a celeridade dos resultados dos exames citopatológicos junto ao LACEN									
Ação Nº 4 - Promover Campanhas educativas para adesão das mulheres quanto a realização do exame citopatológico									
Ação Nº 5 - Garantir a participação dos profissionais Enfermeiros em processos de capacitação/formação sobre coleta de PCCU e outros temas correlatos através da Educação Permanente									
11. Ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	Razão	2018	0,18	0,33	50,00	Percentual	0,15	0,30
Ação Nº 1 - Qualificar a Rede de Atenção de Saúde Municipal para melhor acesso das mulheres aos serviços de saúde									
Ação Nº 2 - Ampliar a capacidade de oferta e cobertura de exames de mamografia no próprio território e/ou pactuação									
Ação Nº 3 - Realizar busca ativa sistemática das mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos para realização de coleta de exames de mamografia									
Ação Nº 4 - Promover Campanhas educativas para adesão das mulheres quanto a realização do exame mamografia									
12. Ampliar as ações realizadas por Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com equipes de Atenção Básica	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	Percentual	2017	100,00	100,00	100,00	Percentual	31,50	31,50
Ação Nº 1 - Promover processos de formação da APS em Atenção Psicossocial através da Educação Permanente em Saúde									
Ação Nº 2 - Intensificar ações integradas com Atenção Primária em Saúde									
Ação Nº 3 - Realizar ações compartilhadas de forma intersetorial e com as redes de serviço de saúde									

DIRETRIZ Nº 2 - Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

OBJETIVO Nº 2.1 - Aprimorar e implantar as redes de atenção à saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da rede de urgência e emergência, rede cegonha, rede de atenção psicossocial, rede de cuidados à pessoa com deficiência, e da rede de atenção à saúde das pessoas com doenças crônicas.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
-------------------	--	-------------------	------------------	------------	-----------------------	-----------	--------------------------	-----------------	-------------------------

1. Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos. Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos. Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.	Proporção	2017	18,00	14,00	50,00	Percentual	20,71	41,42
Ação Nº 1 - Intensificar ações de saúde no cuidado integral com relação a tendência da gravidez na adolescência na faixa etária de 10 a 19 anos de forma intersetorial									
Ação Nº 2 - Intensificar e qualificar ações conjuntas com o Programa Saúde do Escolar									
Ação Nº 3 - Priorizar nas políticas públicas municipal de cultura, esporte e lazer atividades de interesse dos adolescentes e jovens									
Ação Nº 4 - Envolver a comunidade e família nos processos de prevenção na gravidez na adolescência									
Ação Nº 5 - Implementar novas abordagens de prevenção sobre saúde sexual e reprodutiva junto aos adolescentes e jovens									
2. Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de Pré ; Natal.	Proporção	2017	50,33	58,33	60,00	Percentual	55,02	91,70
Ação Nº 1 - Implementar a Rede Cegonha no município para qualificação da assistência da gestante									
Ação Nº 2 - Intensificar busca ativa até 12ª semana de gravidez.									
Ação Nº 3 - Garantir a realização de exames de Pré-Natal em tempo oportuno.									
Ação Nº 4 - Garantir as gestantes no mínimo 07 consultas de Pré-Natal									
Ação Nº 5 - Estruturar o componente hospitalar (sala de parto) para realização de partos das gestantes residentes no município									
Ação Nº 6 - Promover processos de formação/atualização do Programa Saúde da Mulher através da Educação Permanente									
3. Aumentar a proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	Proporção de Registro de óbitos com causa básica definida.	Percentual	2017	94,00	89,00	90,00	Percentual	39,63	44,03
Ação Nº 1 - Qualificação permanente dos profissionais quanto aos dispositivos legais a cerca do preenchimento da Declaração de óbitos. r									
Ação Nº 2 - Ampliar a cobertura do serviço de apoio diagnóstico e terapêutico no componente hospitalar.hospitalar									
Ação Nº 3 - Intensificar as ações de saúde na promoção do cuidado nos vários ciclos de vida incluindo a população em situação de vulnerabilidade social									
Ação Nº 4 - Participar do processo de formação da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e ao capítulo XVI – Sintomas, sinais e afecções mal definidas ..									
Ação Nº 5 - Intensificar as ações para concluir diagnóstico mais preciso									
4. Ampliar o nº de pessoas assistidas em hospitais quando acidentadas.	Proporção de acesso hospitalar dos óbitos por acidente.	Proporção	2017	41,00	33	33	Número	1.183,00	35,85
Ação Nº 1 - Aparelhar o componente hospitalar desde a ambiência até a estrutura física.									
Ação Nº 2 - Qualificar o SAMU									
Ação Nº 3 - Fortalecer a parceria com Corpo de Bombeiro									
Ação Nº 4 - Qualificação permanente dos profissionais quanto aos dispositivos legais a cerca dos atendimentos de urgência e emergência									
5. Aumentar o X % de parto normal.	Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar.	Percentual	2017	52,00	60,00	58,00	Percentual	57,34	98,86
Ação Nº 1 - Implementar a Rede Cegonha									
Ação Nº 2 - Aparelhar o componente hospitalar municipal									
Ação Nº 3 - Ampliara a oferta de serviços na especialidade de Ginecologia e Obstetrícia									
Ação Nº 4 - Promover formação de educação permanente em saúde em parto humanizado evitando a violência obstétrica									
Ação Nº 5 - Realizar busca ativa qualificada da gestante para inserção ao pré-natal em tempo oportuno									
6. Aumentar a cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU;192).	Cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU -192).	Percentual	2017	100,00	100,00	100,00	Percentual	95,10	95,10
Ação Nº 1 - Qualificar o Serviço Atendimento Móvel de Urgência									
Ação Nº 2 - Assegurar retaguarda de Urgência e Emergência em eventos de massa no município									
Ação Nº 3 - Criar o Centro de Treinamento ou atuar em parceria na realização das formações e Treinamentos da Rede de Urgência e Emergência Municipal									
Ação Nº 4 - Ampliar e reformar a Base Descentralizada do SAMU 192									
Ação Nº 5 - Qualificar a porta de entrada de U/E do Hospital Municipal									
Ação Nº 6 - Promover formação de educação em saúde no resgate de pacientes em situação de acidente automobilístico									
7. Reduzir em x% os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM) – conforme parâmetro, (Caderno 2015)	Proporção de óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio - IAM	Proporção	2017	10,00	10,00	10,00	Percentual	10,00	100,00

Ação Nº 1 - Aparelhar o componente hospitalar com prioridade nas instalações do Centro Cirúrgico e Sala vermelha
Ação Nº 2 - Fortalecer e intensificar as ações da Atenção Primária em Saúde
Ação Nº 3 - Garantir a Assistência Farmacêutica nos três níveis de atenção
Ação Nº 4 - Estruturar a linha de cuidado do IAM
Ação Nº 5 - Implantar o Centro de Atendimento Diagnóstico e Terapêutico Municipal
Ação Nº 6 - Ampliar ofertas de serviços do Telemedicina

OBJETIVO Nº 2.2 - Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Reduzir a mortalidade infantil.	Taxa de mortalidade infantil reduzida	Taxa	2017	20,00	16,00	10,00	Taxa	14,15	141,50

Ação Nº 1 - Intensificar o trabalho de redes no cuidado integral infantil como prevenção ao óbito									
2. Investigar os Óbitos maternos.	Número de Óbitos Maternos em determinado período e local de residência.	Proporção	2017	100,00	100,00	100,00	Percentual	1,00	1,00

Ação Nº 1 - Intensificar e manter o trabalho de investigação de óbitos maternos
Ação Nº 2 - Intensificar a busca ativa de informações complementares sobre o pré-natal (consultas, esquema de vacinação, realização de exames, parto e puerpério)
Ação Nº 3 - Realizar a divulgação de investigação oportunamente junto com as redes de atenção á saúde
Ação Nº 4 - Identificar as principais causas, fator de risco e distribuição com as equipes de Estratégia Saúde da Família
Ação Nº 5 - Garantir que a Vigilância do Óbito Materno esteja na agenda da Vigilância do Estado

3. Investigar os Óbitos Maternos em Idade Fértil (MIF) .	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49) investigados	Proporção	2017	100,00	100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
--	--	-----------	------	--------	--------	--------	------------	--------	--------

Ação Nº 1 - Intensificar e manter o trabalho de investigação de óbitos maternos em idade fértil
Ação Nº 2 - Intensificar a coleta de dados em várias fontes, como a entrevista com a família e registros dos serviços de saúde
Ação Nº 3 - Intensificar o levantamento de fatores determinantes, suas possíveis causas, assim como de subsidiar a adoção de medidas que possam evitar a sua reincidência
Ação Nº 4 - Identificar as principais causas em parceria com Atenção Primária em Saúde
Ação Nº 5 - Instituir um grupo técnico responsável pela investigação do óbito

4. Reduzir o número de óbitos maternos.	Proporção de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	Número	2017	1	1	1	Número	1,00	100,00
---	--	--------	------	---	---	---	--------	------	--------

Ação Nº 1 - Intensificar a busca ativa para iniciar o pré-natal até 12ª semana de gestação
Ação Nº 2 - Garantir a realização dos exames de pré-natal de risco habitual e de alto risco e acesso aos resultados em tempo oportuno;
Ação Nº 3 - Intensificar as ações de saúde na prevenção e tratamento das IST/HIV/Aids e Hepatites
Ação Nº 4 - Garantir a vinculação da gestante desde o pré-natal ao local em que será realizado o parto;
Ação Nº 5 - Intensificar as ações celebradas no Pacto da Redução de Mortalidade Materna
Ação Nº 6 - Alinhamento dos fluxos de saúde na Prevenção dos casos de pré-eclâmpsia e eclâmpsia para acompanhamento e tratamento rigoroso

5. Ampliar o número de unidades de Saúde com serviço de notificação contínua da violência doméstica, sexual e outras violências.	Nº de unidades de saúde com serviço de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantado. Nº de unidades de saúde com serviço de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantado. Nº de unidades de saúde com serviço de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantado.	Número	2017	1	1	100	Número	3,00	3,00
--	---	--------	------	---	---	-----	--------	------	------

Ação Nº 1 - Ampliar e manter o serviço de notificação da violência doméstica, sexual e outras em todos os níveis de atenção em saúde
Ação Nº 2 - Intensificar serviços de proteção e acolhimento a saúde da mulher ameaçada ou vítima de violência sob a ótica da humanização
Ação Nº 3 - Promover ações de educação permanente a cerca da temática junto a rede de serviços
Ação Nº 4 - Redesenhar e alinhar o fluxo de atendimento a mulher vítima de violência doméstica, sexual e outras junto as demais políticas públicas

DIRETRIZ Nº 3 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

OBJETIVO Nº 3.1 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
-------------------	--	-------------------	------------------	------------	-----------------------	-----------	--------------------------	-----------------	-------------------------

1. Reduzir a incidência de sífilis congênita	Reduzir a incidência de sífilis congênita Número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade.	Número		2	2	2	Número	1,00	50,00
Ação Nº 1 - Realizar educação permanente sobre prevenção e tratamento de incidência de sífilis congênita aos profissionais responsáveis pelo atendimento									
Ação Nº 2 - Realizar busca ativa do parceiro para inserção no pré-natal									
Ação Nº 3 - Realizar eventos de cunho educativo sobre a temática junto aos usuários do SUS e outros									
Ação Nº 4 - Garantir o tratamento de prevenção de sífilis congênita na gestação									
2. Reduzir a mortalidade prematura (de 30 a 69anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT e doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	Taxa	2017	63,00	60,00	52,80	Percentual	35,41	67,06
Ação Nº 1 - Assegurar a supervisão, monitoramento e avaliação de forma sistemática dos programas de doenças crônicas não transmissíveis									
Ação Nº 2 - Garantir a regularidade dos medicamentos e insumos aos pacientes dos programas das DCNT									
Ação Nº 3 - Proporcionar qualificação aos profissionais através de educação permanente em saúde									
Ação Nº 4 - Intensificar as ações de parceria com a Academia da Saúde e outros									
Ação Nº 5 - Intensificar busca ativa de pessoas com diabetes já cadastradas para inserção na rotina do atendimento de doenças crônicas									
Ação Nº 6 - Garantir a oferta de exames de hemoglobina glicada em tempo oportuno									
3. Alcançar, nacionalmente, em pelo menos 75% dos municípios, as coberturas vacinais (CV) adequadas do Calendário Básico de Vacinação da Criança.	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	Proporção	2017	75,00	87,00	87,00	Percentual	32,48	37,33
Ação Nº 1 - Intensificar o trabalho de conscientização através de parceria com as comunidades									
Ação Nº 2 - Intensificar a divulgação sobre a necessidade de imunização da população									
Ação Nº 3 - Investir na logística de mídia de carro som e outros meios de comunicação na divulgação sobre as vacinas									
Ação Nº 4 - Informatizar as salas de vacinas									
Ação Nº 5 - Garantir a qualificação da equipe de vacinação através da participação em treinamentos e outros processos formativos sobre a temática									
4. Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	Proporção	2017	70,00	80,00	80,00	Percentual	65,53	81,91
Ação Nº 1 - Realizar ações intersetoriais de prevenção e tratamento com o Sistema Prisional									
Ação Nº 2 - Realizar busca ativa dos sintomáticos respiratórios									
Ação Nº 3 - Intensificar o Tratamento Diário Observado - TDO									
Ação Nº 4 - Manter a regularidade do medicamento em tempo oportuno									
5. Realizar exames anti-hiv em 100% dos casos novos de tuberculose.	Proporção de exame Anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	Proporção	2017	80,00	80,00	100,00	Percentual	90,20	90,20
Ação Nº 1 - Promover ações de educação permanente em saúde para qualificação dos profissionais que manejam diretamente com os pacientes de TB									
Ação Nº 2 - Intensificar ações de prevenção e controle de tuberculose									
Ação Nº 3 - Garantir capacitação sobre teste rápido em HIV a todos os profissionais Enfermeiros das Estratégias Saúde da Família									
Ação Nº 4 - Garantir a realização de exames anti-hiv em 100% dos casos novos de tuberculose em tempo oportuno									
6. Ampliar a proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados, passando de X % em 2016 para X % em 2017, em âmbito nacional.	Proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados.	Proporção	2017		0,00	0,00	Percentual	86,00	0
Ação Nº 1 - Município implementou equipe mínima da Política de Saúde do Trabalhador									
7. Reduzir a incidência de AIDS em menores de 5 anos.	Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos.	Número	2017	0	1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Promover campanhas de conscientização sobre o uso contínuo do preservativo									
Ação Nº 2 - Garantir a distribuição do preservativo no planejamento familiar e demanda espontânea assistida									
Ação Nº 3 - Implementar Protocolo de manejo de Infecção pelo HIV/AIDS em crianças									
8. Aumentar a proporção de cura dos casos novos de hanseníase nos anos das coortes.	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	Proporção	2017	95,00	80,00	90,00	Percentual	78,00	86,67
Ação Nº 1 - Intensificar ações de prevenção e controle da Hanseníase									

Ação Nº 2 - Garantir o acesso as consultas e acompanhamento do tratamento de Hanseníase										
Ação Nº 3 - Monitorar os comunicantes dos pacientes										
Ação Nº 4 - Garantir a regularidade dos medicamentos										
9. > 80% dos contatos examinados dos casos novos de hanseníase, nos anos das coortes.	Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase.	Proporção	2017	95,00	90,00	85,00	Percentual	85,00	100,00	
Ação Nº 1 - Promover capacitação aos Agentes Comunitários de Saúde quanto aos sinais e sintomas da doença										
Ação Nº 2 - Garantir o atendimento sistemático dos pacientes em tratamento e seus contatos										
Ação Nº 3 - Intensificar ações de prevenção e controle da Hanseníase junto as famílias e contatos dos pacientes										
10. Reduzir a Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária na Região Amazônica.	Número de casos autóctones da malária.	Número	2017	0	0	0	Número	1,00	0	
Ação Nº 1 - Não se aplica										
11. Reduzir o número absoluto de óbito por Dengue	Número absoluto de óbitos por Dengue.	Número		0	0	0	Número	0	0	
Ação Nº 1 - Ampliar o quantitativo de Agentes de Controle de Endemias										
Ação Nº 2 - Implementar melhorias nos serviços de Vigilância Ambiental e Controles de doenças no território										
Ação Nº 3 - Qualificar equipe para manuseio adequado dos sistemas de informação										
12. Realizar visitas domiciliares para controle da Dengue	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da Dengue	Número	2017	6	6	6	Número	4,00	66,67	
Ação Nº 1 - Manter e ampliar a logística necessária ao trabalho de campo dos Agentes de Controle as Endemias										
Ação Nº 2 - Manter e qualificar o Levantamento do índice Rápido										
Ação Nº 3 - Realizar ações de promoção, prevenção de saúde através da Educação Permanente em parceria com o PSE e outros										
Ação Nº 4 - Realizar semana alusiva ao dia "D" de combate a dengue										
Ação Nº 5 - Aumentar o quantitativo de Agentes de Controle de Endemias										
Ação Nº 6 - Intensificar ações e serviços de vigilância ambiental e controle de doenças										
13. Reduzir o Impacto da Pandemia e possível surto da COVID-19 quanto à morbidade e mortalidade no município de Santa Izabel do Pará.	Proporção de casos de morbidade e mortalidade pelo COVID-19 no Município	Percentual	2018	100,00	100,00	100,00	Percentual	60,00	60,00	
Ação Nº 1 - Realizar adaptações e ajustes no Plano Municipal de Contingenciamento ao enfrentamento do COVID 19 conforme modificação do cenário da pandemia e recomendações das demais esferas										
Ação Nº 2 - Intensificação das estratégias de vacinação de COVID 19 na faixa etária acima de 05 anos de idade										
Ação Nº 3 - Construir Linhas de Cuidado no Pós-COVID envolvendo equipe multiprofissional da APS, RAPS, Melhor em Casa e outros										
Ação Nº 4 - Criar equipe de rastreamento e monitoramento pós COVID 19										
Ação Nº 5 - Manter a conectividade em tempo real das áreas de APS, Vigilância epidemiológica e Componente Hospitalar com relação as notificações de COVID 19										
OBJETIVO Nº 3.2 - Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.										
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS	
1. Ampliar o % de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias.	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	Percentual	2017	100,00	100,00	100,00	Percentual	60,00	60,00	
Ação Nº 1 - Manter e intensificar a fiscalização no comércio de alimento local										
Ação Nº 2 - Manter e intensificar a fiscalização em drogarias, farmácias e similares										
Ação Nº 3 - Manter e intensificar o monitoramento da qualidade da água para consumo humano										
Ação Nº 4 - Realizar o monitoramento da qualidade de alimentos da rede pública de ensino municipal										
Ação Nº 5 - Manter e intensificar o monitoramento da qualidade de alimentos oferecidos a população local										
Ação Nº 6 - Realizar notificações de agravos relacionado ao trabalho na implementação da Saúde do Trabalhador										
Ação Nº 7 - Manter e intensificar o monitoramento em outros estabelecimentos										
Ação Nº 8 - Realizar ações educativas de prevenção e promoção de saúde através da educação permanente e/ou em parceria intersetorial										

2. Encerrar 80% ou mais das doenças compulsórias imediatas registradas no Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação (Sinan), em até 60 dias a partir da data de notificação.	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	Percentual	2017	80,00	90,00	90,00	Percentual	90,00	100,00
Ação Nº 1 - Garantir que seja efetuado o encerramento das investigações das doenças compulsórias imediatas notificadas no SINAN o prazo de até 60 dias									
Ação Nº 2 - Fortalecer a integralidade das ações entre as Redes de Atenção à Saúde no trabalho de notificações compulsórias									
Ação Nº 3 - Promover processos formativos para atualização e capacitação sobre notificação compulsória aos profissionais competentes através da educação permanente									
3. Ampliar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Percentual	2017	100,00	54,00	64,00	Percentual	60,00	93,75
Ação Nº 1 - Intensificar ações e serviços de vigilância ambiental e controle de doenças									
Ação Nº 2 - Manter e qualificar mensalmente a coleta de água para o consumo humano									
Ação Nº 3 - Intensificar as ações educativas junto a população para uso correto do hipoclorito									
Ação Nº 4 - Fortalecer a parceria entre Vigilância e APS no trabalho de Prevenção e promoção de saúde									
Ação Nº 5 - Manter e qualificar a logística de trabalho de campo da VS									
Ação Nº 6 - Realizar reuniões sistemáticas com a rede intersectorial para avaliação e encaminhamentos de fluxos no município									
4. Ampliar o percentual de trabalhadores que atendem ao SUS com vínculos protegidos.	Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	Proporção	2017	100,00	100,00	50,00	Percentual	20,00	40,00
Ação Nº 1 - Realizar Concurso Público em todas as áreas de vínculos desprotegidos									
Ação Nº 2 - Criar Plano de Assistência à Saúde do trabalhador municipal									
Ação Nº 3 - Implantar a Política de Saúde do Trabalhador Municipal									

DIRETRIZ Nº 4 - Fortalecer a regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecidas, pela década de gestão do trabalho e educação em saúde, iniciada em 2013

OBJETIVO Nº 4.1 - Promover para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS.	Proporção de ações de educação permanente implementadas e/ou realizadas.	Percentual	2017	90,00	90,00	90,00	Percentual	70,00	77,78
Ação Nº 1 - Implementar a Política de Educação Permanente em Saúde municipal									
Ação Nº 2 - Estimular a criação do Núcleo de Educação Permanente em Saúde Municipal (NEPS)									
Ação Nº 3 - Elaborar o Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde									
Ação Nº 4 - Estimular e garantir processos formativos de qualificação dos profissionais de saúde de todas as Redes de Atenção									
Ação Nº 5 - Realizar ações integralizadas dos Programas e serviços de saúde na garantia da prevenção, promoção e proteção da saúde									
2. Ampliar o número de pontos do Telessaúde Brasil Redes.	Número de pontos do Telessaúde Brasil Redes implantados.	Número	2017	2	6	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Reativar ponto de uso do Telessaúde de acordo com orientações do Ministério da Saúde									

OBJETIVO Nº 4.2 - Investir em qualificação e fixação de profissionais para o SUS e Desprecarizar o trabalho em saúde nos serviços do SUS da esfera pública na região de Saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. X mesas (ou espaços formais) municipais ou estaduais de negociação do SUS, implantados e em funcionamento. X mesas (ou espaços formais) municipais ou estaduais de negociação do SUS, implantados e em funcionamento.	Número de mesas ou espaços formais municipais e estaduais de negociação permanente do SUS, implantados e/ou mantidos em funcionamento.	Número	2017	1	1	1	Número	0	0
Ação Nº 1 - Instituir representatividade formal das categorias da saúde para compor a mesa de negociação dos trabalhadores do SUS									
2. X % de ampliações de vagas ou de novos programas de residência em Saúde	Proporção de novas vagas ou de novos programas de residência em saúde	Percentual	2017	0,00	0,00	0,00	Percentual	0	0
Ação Nº 1 - Não de Aplica									

DIRETRIZ Nº 5 - Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concertação de responsabilidades dos municípios, estados e união, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.

OBJETIVO Nº 5.1 - Aprimorar a relação interfederativa e a atuação d secretariaria Municipal de Saúde como gestora municipal do SUS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar o número de planos de saúde enviados aos conselhos de saúde.	Plano de Saúde enviado ao Conselho de Saúde.	Número	2017	1	1	1	Número	1,00	100,00

Ação Nº 1 - Realizar ajustes no Plano Municipal do exercício de 2018 a 2021

Ação Nº 2 - Manter diálogo constante com o Conselho Municipal de Saúde

DIRETRIZ Nº 6 - Garantir o financiamento estável e sustentável do SUS, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos.

OBJETIVO Nº 6.1 - - Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2021	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. 100% de municípios com serviço de ouvidoria implantado.	Proporção de municípios com ouvidoria implantada	Número	2017	1	100,00	1,00	Percentual	1,00	100,00

Ação Nº 1 - Manter e qualificar serviço de Ouvidoria municipal em funcionamento

2. Meta Regional e Estadual: 100% de municípios com serviço de ouvidoria implantado.	Proporção de municípios com ouvidoria implantada.	Número	2017	1	1	0	Número	0	0
--	---	--------	------	---	---	---	--------	---	---

Ação Nº 1 - Não de Aplica

3. Meta Municipal e Estadual: Estruturação do componente municipal/estadual do SNA.	Componente do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) estruturado. Componente do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) estruturado.	Número	2017	1	1	1	Número	0	0
---	---	--------	------	---	---	---	--------	---	---

Ação Nº 1 - Implementar uma equipe multiprofissional de atuação prévia a todo e qualquer processo formal de auditoria na área da Saúde

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício	Resultados
0 - Informações Complementares	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	60,00	55,02
	Meta Regional e Estadual: 100% de municípios com serviço de ouvidoria implantado.	0	0
	Redução de internações de causas sensíveis à Atenção Básica.	10,00	0,43
	Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de média complexidade selecionados para a população residente	32,00	40,00
	Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade selecionados para a população residente	10,00	10,91
	Ampliar o nº de leitos em %	2,00	1,50
	Reduzir a Incidência Parasitária Anual (IPA) de malária na Região Amazônica.	0	1
122 - Administração Geral	Aumentar o % de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	90,00	81,34
	100% de municípios com serviço de ouvidoria implantado.	1,00	1,00
	Ampliar o número de planos de saúde enviados aos conselhos de saúde.	1	1
	X mesas (ou espaços formais) municipais ou estaduais de negociação do SUS, implantados e em funcionamento. X mesas (ou espaços formais) municipais ou estaduais de negociação do SUS, implantados e em funcionamento.	1	0
	Implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS.	90,00	70,00
	Ampliar o % de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias.	100,00	60,00
	Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos. Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos. Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.	50,00	20,71
	Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para cobertura de 81% equipes de saúde bucal implantadas.	95,00	92,24
	X % de ampliações de vagas ou de novos programas de residência em Saúde	0,00	0,00
	Ampliar o número de pontos do Telessaúde Brasil Redes.	1	0
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	60,00	55,02
	Aumentar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada.	0,80	0,34

	Meta Municipal e Estadual: Estruturação do componente municipal/estadual do SNA.	1	0
	Ampliar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	64,00	60,00
	Alcançar, nacionalmente, em pelo menos 75% dos municípios, as coberturas vacinais (CV) adequadas do Calendário Básico de Vacinação da Criança.	87,00	32,48
	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	100,00	97,62
	Ampliar o percentual de trabalhadores que atendem ao SUS com vínculos protegidos.	50,00	20,00
	Redução de internações de causas sensíveis à Atenção Básica.	10,00	0,43
	Ampliar o número de unidades de Saúde com serviço de notificação contínua da violência doméstica, sexual e outras violências.	100	3
	Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de média complexidade selecionados para a população residente	32,00	40,00
	Ampliar a proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados, passando de X % em 2016 para X % em 2017, em âmbito nacional.	0,00	86,00
	Aumentar a cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU ₁₉₂).	100,00	95,10
	Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade selecionados para a população residente	10,00	10,91
	Reduzir em x% os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM) – conforme parâmetro, (Caderno 2015)	10,00	10,00
	Implantar o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) ou enviar o conjunto de dados por meio do serviço WebService, em X% dos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica.)	100,00	100,00
	Ampliar o nº de leitos em %	2,00	1,50
	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com exame cito patológico a cada três anos.	50,00	0,35
	Ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.	50,00	0,15
	Reduzir o número absoluto de óbito por Dengue	0	0
	Realizar visitas domiciliares para controle da Dengue	6	4
	Reduzir o Impacto da Pandemia e possível surto da COVID-19 quanto à morbidade e mortalidade no município de Santa Izabel do Pará.	100,00	60,00
301 - Atenção Básica	Aumentar o % de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	90,00	81,34
	Implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS.	90,00	70,00
	Ampliar o % de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias.	100,00	60,00
	Reduzir a incidência de sífilis congênita	2	1
	Reduzir a mortalidade infantil.	10,00	14,15
	Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos. Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos. Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.	50,00	20,71
	Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para cobertura de 81% equipes de saúde bucal implantadas.	95,00	92,24
	Encerrar 80% ou mais das doenças compulsórias imediatas registradas no Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação (Sinan), em até 60 dias a partir da data de notificação.	90,00	90,00
	Reduzir a mortalidade prematura (de 30 a 69anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT e doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	52,80	35,41
	Investigar os Óbitos maternos.	100,00	1,00
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	60,00	55,02
	Aumentar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada.	0,80	0,34
	Ampliar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	64,00	60,00
	Alcançar, nacionalmente, em pelo menos 75% dos municípios, as coberturas vacinais (CV) adequadas do Calendário Básico de Vacinação da Criança.	87,00	32,48
	Investigar os Óbitos Maternos em Idade Fértil (MIF) .	100,00	100,00
	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	100,00	97,62
	Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	80,00	65,53
	Reduzir o número de óbitos maternos.	1	1
	Redução de internações de causas sensíveis à Atenção Básica.	10,00	0,43
	Realizar exames anti-hiv em 100% dos casos novos de tuberculose.	100,00	90,20
	Ampliar o número de unidades de Saúde com serviço de notificação contínua da violência doméstica, sexual e outras violências.	100	3
	Aumentar o X % de parto normal.	58,00	57,34
	Ampliar a proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados, passando de X % em 2016 para X % em 2017, em âmbito nacional.	0,00	86,00

	Reduzir em x% os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM) – conforme parâmetro, (Caderno 2015)	10,00	10,00
	Reduzir a incidência de AIDS em menores de 5 anos.	1	1
	Implantar o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) ou enviar o conjunto de dados por meio do serviço Webservice, em X% dos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica.)	100,00	100,00
	Aumentar a proporção de cura dos casos novos de hanseníase nos anos das coortes.	90,00	78,00
	> 80% dos contatos examinados dos casos novos de hanseníase, nos anos das coortes.	85,00	85,00
	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com exame cito patológico a cada três anos.	50,00	0,35
	Ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.	50,00	0,15
	Ampliar as ações realizadas por Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com equipes de Atenção Básica	100,00	31,50
	Realizar visitas domiciliares para controle da Dengue	6	4
	Reduzir o Impacto da Pandemia e possível surto da COVID-19 quanto à morbidade e mortalidade no município de Santa Izabel do Pará.	100,00	60,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos. Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos. Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.	50,00	20,71
	Implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS.	90,00	70,00
	Ampliar o % de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias.	100,00	60,00
	Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para cobertura de 81% equipes de saúde bucal implantadas.	95,00	92,24
	Encerrar 80% ou mais das doenças compulsórias imediatas registradas no Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação (Sinan), em até 60 dias a partir da data de notificação.	90,00	90,00
	Reduzir a mortalidade prematura (de 30 a 69anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT ç doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	52,80	35,41
	Investigar os Óbitos maternos.	100,00	1,00
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	60,00	55,02
	Aumentar a proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	90,00	39,63
	Investigar os Óbitos Maternos em Idade Fértil (MIF) .	100,00	100,00
	Ampliar o nº de pessoas assistidas em hospitais quando acidentadas.	33	1.183
	Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	80,00	65,53
	Reduzir o número de óbitos maternos.	1	1
	Redução de internações de causas sensíveis à Atenção Básica.	10,00	0,43
	Ampliar o número de unidades de Saúde com serviço de notificação contínua da violência doméstica, sexual e outras violências.	100	3
	Aumentar o X % de parto normal.	58,00	57,34
	Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de média complexidade selecionados para a população residente	32,00	40,00
	Ampliar a proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados, passando de X % em 2016 para X % em 2017, em âmbito nacional.	0,00	86,00
	Aumentar a cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMUç192).	100,00	95,10
	Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade selecionados para a população residente	10,00	10,91
	Reduzir em x% os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM) – conforme parâmetro, (Caderno 2015)	10,00	10,00
	Implantar o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) ou enviar o conjunto de dados por meio do serviço Webservice, em X% dos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica.)	100,00	100,00
	Ampliar o nº de leitos em %	2,00	1,50
Ampliar as ações realizadas por Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com equipes de Atenção Básica	100,00	31,50	
Reduzir o Impacto da Pandemia e possível surto da COVID-19 quanto à morbidade e mortalidade no município de Santa Izabel do Pará.	100,00	60,00	
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos. Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos. Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.	50,00	20,71
	Reduzir a incidência de sífilis congênita	2	1
	Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para cobertura de 81% equipes de saúde bucal implantadas.	95,00	92,24
	Reduzir a mortalidade prematura (de 30 a 69anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT ç doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	52,80	35,41
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	60,00	55,02
	Aumentar a proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	90,00	39,63
	Ampliar o nº de pessoas assistidas em hospitais quando acidentadas.	33	1.183

	Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	80,00	65,53
	Reduzir o número de óbitos maternos.	1	1
	Redução de internações de causas sensíveis à Atenção Básica.	10,00	0,43
	Aumentar a cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU ₁₉₂).	100,00	95,10
	Ampliar a proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados, passando de X % em 2016 para X % em 2017, em âmbito nacional.	0,00	86,00
	Reduzir em x% os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM) – conforme parâmetro, (Caderno 2015)	10,00	10,00
	Implantar o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) ou enviar o conjunto de dados por meio do serviço WebService, em X% dos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica.)	100,00	100,00
	Aumentar a proporção de cura dos casos novos de hanseníase nos anos das coortes.	90,00	78,00
	Ampliar o n° de leitos em %	2,00	1,50
	Ampliar as ações realizadas por Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com equipes de Atenção Básica	100,00	31,50
	Reduzir o Impacto da Pandemia e possível surto da COVID-19 quanto à morbidade e mortalidade no município de Santa Izabel do Pará.	100,00	60,00
304 - Vigilância Sanitária	Ampliar o % de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias.	100,00	60,00
	Implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS.	90,00	70,00
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	60,00	55,02
	Ampliar a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	64,00	60,00
	Ampliar o percentual de trabalhadores que atendem ao SUS com vínculos protegidos.	50,00	20,00
	Redução de internações de causas sensíveis à Atenção Básica.	10,00	0,43
	Ampliar a proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados, passando de X % em 2016 para X % em 2017, em âmbito nacional.	0,00	86,00
	Ampliar o n° de leitos em %	2,00	1,50
	Reduzir o número absoluto de óbito por Dengue	0	0
	Realizar visitas domiciliares para controle da Dengue	6	4
305 - Vigilância Epidemiológica	Aumentar o % de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	90,00	81,34
	Implementar ações de educação permanente para qualificação das áreas prioritárias do SUS.	90,00	70,00
	Ampliar o % de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias.	100,00	60,00
	Reduzir a incidência de sífilis congênita	2	1
	Reduzir a mortalidade infantil.	10,00	14,15
	Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos. Acompanhar as ações de saúde, em 100% da tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos. Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.	50,00	20,71
	Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para cobertura de 81% equipes de saúde bucal implantadas.	95,00	92,24
	Encerrar 80% ou mais das doenças compulsórias imediatas registradas no Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação (Sinan), em até 60 dias a partir da data de notificação.	90,00	90,00
	Reduzir a mortalidade prematura (de 30 a 69anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT e doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	52,80	35,41
	Investigar os Óbitos maternos.	100,00	1,00
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo sete consultas de pré-natal.	60,00	55,02
	Aumentar a proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	90,00	39,63
	Alcançar, nacionalmente, em pelo menos 75% dos municípios, as coberturas vacinais (CV) adequadas do Calendário Básico de Vacinação da Criança.	87,00	32,48
	Investigar os Óbitos Maternos em Idade Fértil (MIF) .	100,00	100,00
	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	100,00	97,62
	Ampliar o percentual de trabalhadores que atendem ao SUS com vínculos protegidos.	50,00	20,00
	Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.	80,00	65,53
	Reduzir o número de óbitos maternos.	1	1
	Ampliar o n° de pessoas assistidas em hospitais quando acidentadas.	33	1.183
	Redução de internações de causas sensíveis à Atenção Básica.	10,00	0,43
	Realizar exames anti-hiv em 100% dos casos novos de tuberculose.	100,00	90,20
	Ampliar o número de unidades de Saúde com serviço de notificação contínua da violência doméstica, sexual e outras violências.	100	3

	Aumentar o X % de parto normal.	58,00	57,34
	Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de média complexidade selecionados para a população residente	32,00	40,00
	Ampliar a proporção de municípios com casos de doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados, passando de X % em 2016 para X % em 2017, em âmbito nacional.	0,00	86,00
	Aumentar a cobertura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU ₁₉₂).	100,00	95,10
	Aumentar o nº de procedimentos ambulatoriais de alta complexidade selecionados para a população residente	10,00	10,91
	Reduzir a incidência de AIDS em menores de 5 anos.	1	1
	Reduzir em x% os óbitos nas internações por infarto agudo do miocárdio (IAM) – conforme parâmetro, (Caderno 2015)	10,00	10,00
	Implantar o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) ou enviar o conjunto de dados por meio do serviço WebService, em X% dos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica.)	100,00	100,00
	Aumentar a proporção de cura dos casos novos de hanseníase nos anos das coortes.	90,00	78,00
	Ampliar o nº de leitos em %	2,00	1,50
	> 80% dos contatos examinados dos casos novos de hanseníase, nos anos das coortes.	85,00	85,00
	Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com exame cito patológico a cada três anos.	50,00	0,35
	Ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade.	50,00	0,15
	Reduzir o número absoluto de óbito por Dengue	0	0
	Ampliar as ações realizadas por Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) com equipes de Atenção Básica	100,00	31,50
	Realizar visitas domiciliares para controle da Dengue	6	4
	Reduzir o Impacto da Pandemia e possível surto da COVID-19 quanto à morbidade e mortalidade no município de Santa Izabel do Pará.	100,00	60,00
306 - Alimentação e Nutrição	Aumentar o % de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	90,00	81,34
	Reduzir a mortalidade infantil.	10,00	14,15
	Reduzir a mortalidade prematura (de 30 a 69anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT _ç doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	52,80	35,41
	Redução de internações de causas sensíveis à Atenção Básica.	10,00	0,43

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos

Subfunções	Categoria Econômica	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	5.885.891,63	5.885.891,63	1.332.658,81	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	13.104.442,07
	Capital	N/A	N/A	139.569,96	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	139.569,96
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
301 - Atenção Básica	Corrente	2.433.386,01	2.433.386,01	11.281.033,99	378.928,35	N/A	N/A	N/A	N/A	16.526.734,36
	Capital	440.246,89	440.246,89	641.675,77	N/A	13.057,08	N/A	N/A	N/A	1.535.226,63
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	3.383.202,99	3.383.202,99	8.001.477,24	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	41.767.883,22
	Capital	N/A	N/A	23.022,02	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	23.022,02
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	109.916,96	N/A	793.883,54	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	903.800,50
	Capital	N/A	109.916,96	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	109.916,96
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	315.534,20	N/A	904.516,29	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.220.050,49
	Capital	N/A	315.534,20	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	315.534,20
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 04/07/2022.

• Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

Na PAS de 2021 pactuou-se 49 indicadores, sendo que 4 não se aplica. A análise dos resultados evidenciou que em torno de **84,4% das metas foram alcançadas** representando **38 indicadores**. Com relação aos 20% correspondem a 7 indicadores tecemos abaixo ponderações pertinentes:

1. Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica (Aumentar o percentual de ação coletiva de escovação dental supervisionada).

Neste indicador pactuou-se o percentual de 0,80 tendo como parâmetro de pactuação estadual de 0,53. Obteve-se como resultado 42% da meta pactuada que corresponde ao percentual de 0,21. Ressalta-se que o trabalho para alcance desta meta é realizado pelas Estratégias Saúde da Família na rotina do processo de trabalho (19 ESF's) e pelo Programa Saúde na Escola (PSE) sendo as ações obrigatórias, conforme Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017 (VII. Promoção e avaliação de saúde bucal e aplicação tópica de flúor); destaca-se ainda que se utilizou base do Datasus como parâmetro para alimentação de produção, sendo migrado posteriormente ao SISAB. Infere-se que este indicador está em processo de avanços tendo como base o desempenho dos anos anteriores.

2. Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica (Icsab).

Com base no DATASUS/2021 o município realizou 451 internações por condições sensíveis à Atenção Básica do universo de 1.028 de internações total. Estes dados representam 43,8% de proporção de ICSAB. O maior ind de internação apontou o tratamento de pneumonia ou influenza (gripe) com 99 casos. Este dado tem forte indício como consequência da má alimentação e/ou condições climáticas, dentre outras. Nas sequências apontou-se doenças evitáveis por imunização e outras DIP com 65 casos, anemia com 59 casos, infecção de pele com 58 atendimentos, gastroenterites infecciosas e complicações com 40 casos, infecção no rim e trato urinário com 39 casos, insuficiência cardíaca com 29 casos, diabetes com 26 casos, asma com 15 casos, hipertensão com 11 casos e outros.

Este indicador obteve resultado de redução no comparativo como o ano anterior (47,67%), porém, ainda necessita de investimento nas ações de promoção e prevenção de saúde. Vem sinalizar que os serviços da Atenção Primária em Saúde devem ser intensificados e reorganizados principalmente no foco das doenças evitáveis.

• Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.

O município pactuou o percentual de 0,50% de coleta de exame preventivo de colo cérvico uterino (PCCU) do total de 0,35% da meta estadual para o equivalente a 15.184 mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos de idade, o que corresponde ao atendimento de 6.069 mulheres ao ano na referida faixa etária.

No ano de 2021 foram realizados 1.048 exames tendo como resultado o percentual de 0,21%. Considera-se neste cenário as perdas de produção dos exames realizados em Laboratório particular (Ex. Ruth Brasão) que mes estando credenciado evidencia-se a relutância de vinculação com o SISCAN. Vale ressaltar que houve um avanço comparado com o ano anterior que foi de 15%. Destaca-se que o município encontra-se intensificando ações para a melhoria das metas.

• Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.

O município pactuou o percentual de 0,28% de coleta de exame do total de 0,33% da proposta nacional para o equivalente a 5.259 mulheres (cadastradas). De acordo com o SISCAN foram realizados 207 que corresponde a 3,9%. O referido indicador apresenta necessidade de maior atenção no planejamento das prioridades de intervenção de saúde e intensificação de promoção e prevenção de saúde. Destaca-se que apesar das ações de busca ativa da equipe de saúde tem-se um resultado baixo da presença das mulheres nas Unidades para atendimento e realização de exames.

• Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica

No de 2021 foram realizadas 63 ações de matriciamento com APS que corresponde a 31,50%, pois conforme método de cálculo a cada 100 ações dos 2 serviços (CAPS II e CAPS AxD) atinge-se a meta de 100%.

Conclui-se que o referido indicador necessita de maior integração dos serviços de Atenção Primária e Saúde Mental com base no Planejamento de Gestão.

• Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.

Na faixa etária de 10 a 19 anos houveram 196 nascidos vivos dentre o total geral de 933, com resultado de 19,93%.

Com base na pactuação de 14% (PAS), verifica-se que o município apresenta um índice ainda muito alto de gravidez na adolescência, considerando os anos anteriores

Vale ressaltar que o Programa Saúde do Escolar foi retomado pós Pandemia COVID 19 com foco neste indicador articulado com a rede intersetorial. Este indicador requer ações de saúde de maior intensidade de forma intersetorial para diminuir a tendência de gravidez nesta faixa etária.

7. Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada

O Município de Santa Isabel do Pará tem uma população menor de ano de 939 crianças referente aos nascidos vivos de 2021, a meta nacional de vacinação é de 95% com esquema completo.

As vacinas selecionadas pelo calendário nacional de vacinação em menores de 2 anos são: 3ª pentavalente, 2ª pneumocócica 10-valente, 3ª poliomíetile, 1ª tríplice viral e a cobertura preconizada para estas vacinas é de 95%.

No ano de 2021 o Município de Santa Izabel do Pará obteve uma cobertura de **32,48%** na soma destas vacinas. Na atualidade trabalha-se com a descentralização das vacinas para as 19 Estratégias de Saúde da Família do Município.

No que se refere ao percentual, observa-se uma redução de percentual nos anos 2020 e 2021, considerando o evento da Pandemia que dificultou o acesso aos postos para aplicação dos imunizantes considerando as recomendações de isolamento social.

Atualmente a Secretaria Municipal de Saúde tem 19 salas de vacinas cadastradas para que não ocorra perdas de dados e encontra-se no processo de implantação do Prontuário Eletrônico do Cidadão - FIC na Unidades de Saúde

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

N	Indicador	Tipo	Meta ano 2021	Resultado Anual	% alcançada da meta	Unidade de Medida
1	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	U	92	79	85,86	Número
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	E	100,00	100,00	100,00	Percentual
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	97,00	93,91	96,81	Percentual
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	U	85,00	32,48	27,60	Percentual
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	U	90,00	100,00	111,11	Percentual
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	100,00	78,00	78,00	Percentual
7	Número de Casos Autóctones de Malária	E	0	1	1,00	Número
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	2	3	3,00	Número
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	U	0	1	1,00	Número
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	U	100,00	100,00	100,00	Percentual
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,35	0,21	60,00	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	U	0,28	0,12	42,85	Razão
13	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	U	57,34	25,21	43,96	Percentual
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U	16,00	12,00	75,00	Percentual
15	Taxa de mortalidade infantil	U	12	13	108,33	Número
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	1	1	100,00	Número
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	100,00	97,62	97,62	Percentual
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	U	80,75	81,34	100,73	Percentual
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	U	92,37	92,24	99,85	Percentual
21	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	E	60,00	31,50	52,50	Percentual
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	U	6	4	66,66	Número
23	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U	100,00	86,00	86,00	Percentual

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 04/07/2022.

• Análises e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa

O desempenho das ações da PAS de 2021 revela que o município teve um avanço com relação a indicadores considerados recorrentes quanto ao não cumprimento de metas em comparação ao ano anterior. Ver ponderação abaixo:

1. Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).

Neste indicador houve redução 92 (2020) para 79 (2021) óbitos que corresponde a 14,14% positivamente. Detectou-se na avaliação do ano anterior a fragilidade nas ações integradas principalmente entre Atenção Primária Saúde e Vigilância em Saúde. Com base nesta constatação para melhor desempenho do indicador, iniciou-se no mês de agosto de 2021 o projeto **PLANEJAMENTO DO SUS** com uma **prática desafiadora em construção**, com objetivo de nivelamento e integração dos serviços de saúde para nortear as ações, (re)organizar o fluxo de atendimento em todos os níveis de atenção a saúde do município a partir das necessidades reais população. O segundo movimento deste projeto ocorreu no mês de dezembro com a apresentação de toda a rede de serviço interna de saúde. Espaço de protagonização de cada coordenação.

4. Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada

Com relação ao calendário vacinal considera-se o total de 4.826 crianças de 0 a 4 anos e 11 meses. O Município de Santa Izabel do Pará tem uma população menor de ano de 939 crianças referente aos nascidos vivos de 2021.

As vacinas selecionadas pelo calendário nacional neste indicador consideram somente os menores de 2 anos. No ano de 2021 o Município de Santa Izabel do Pará obteve uma cobertura de **32,48%** na soma destas vacinas.

A meta pactuada na PAS 2021 corresponde a **85%** com relação ao referido indicador e a meta nacional corresponde a **95%**. Apesar das inúmeras ações, campanhas, parcerias o município alcançou somente **27,60%** da meta pactuada. Segue abaixo tabela demonstrativa de vacinação ao público menor de ano/2021:

IMUNIZAÇÕES MENOR DE ANO	DOSES ANO 2021	PERCENTUAL DE COBERTURA VACINAL
BCG	180	19,23%
MENINGOCOCCICA C	570	57,22%

PENTA VALENTE	592	57,22%
PNEUMOCOCCICA	605	60,74%
POLLIOMIELITE	584	58,63%
ROTAVÍRUS	586	59,87%
FEBRE AMARELA	443	44,48%
TOTAL	3.560	---

Fonte: PNI-DATASUS /2021 -- SINAN/MS/2022

Os dados acima nos revelam que as metas não foram alcançadas, todas ficaram abaixo do preconizado pelo Ministério da Saúde advertindo que o referido indicador necessita ser incluído como prioridade na matriz de prober de saúde.

Em 2021 não houve modificação no cenário das salas de vacinas permanecendo com 08 salas informatizadas. A proposta consiste no avanço de mais duas salas para o ano de 2022, considerando que o recurso dependerá de fc municipal.

11. Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.

Neste indicador informa-se que o serviço de rastreamento do câncer de colo de útero está implantado em 100% das ESF;s municipais, porém, alguns fatores ainda dificultaram o bom desempenho das ações de rastreamento, dei eles destaca-se a demora na entrega dos resultados dos exames pelo LACEN, o que ocasiona a desistência e a resistência de muitas usuárias na realização do exame, e a insuficiência de busca ativa.

No ano de 2021 pactuou-se 35% na PAS, porém, o resultado anual foi de 21%. Comparado ao ano anterior houve um relativo avanço de 6%, pois em 2020 o resultado consistiu em 15%. Considerou-se neste cálculo a popula de 15.184 mulheres e o quantitativo de 1.048 exames de PCCU.

Apesar do avanço, verifica-se a necessidade de investimento nas ações de prevenção e promoção de saúde da mulher considerando as ocorrências de óbitos com causa original de neoplasias malignas proveniente do útero casos ; Fonte: SIM/2021).

12. Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.

No ano de 2021 o município pactuou o percentual de 0,28% de coleta de exame, sendo que a meta Estadual anual foi de 0,14% para o equivalente a 5.001 mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos, o que corresponde ao total 750 exames ao ano.

O município realizou o total de 289 exames de mamografia (Fonte: SISCAN/2021), atingindo o percentual de 0,12% da pactuação estadual que corresponde a metade da população de 50 a 69 anos residentes no Estado do F (2.501 mulheres). Com base nas orientações estadual o município tinha como meta realizar 375 exames ao ano. O referido indicador teve um bom desempenho no referido ano, porém, há a necessidade de intensificação de ação busca ativa.

14. Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.

Na faixa etária de 10 a 19 anos houveram 112 nascidos vivos dentre o total geral de 933 nascimentos, com resultado de 12% da proporção do referido indicador.

Com base na pactuação de 16% na PAS de 2021, verifica-se que o houve um avanço considerável deste indicador de regressão. A série histórica de 2019, 2020 e 2021 revela a diminuição de casos progressivamente na segui ordem: 196, 167 e 112 casos que corresponde ao percentual de 32,94% e 42,86% casos a menos de adolescentes grávidas tendo como parâmetro de avaliação o ano de 2021.

Este indicador requer ações de saúde de maior intensidade do Programa Saúde na Escola e outros de forma intersetorial.

INDICADORES COM DESEMPENHO INSATISFATÓRIO

Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da Dengue

De acordo com a preconização do Ministério da Saúde tem-se a obrigatoriedade de realizar 6 ciclos de visitação aos imóveis do município. Com base nos dados do IBGE (estimativa 2021) o município possui 26.202 imóveis.

Ressalta-se que a equipe de Agentes de Combate a Endemia ainda se encontra defasada com o total de 14 profissionais efetivamente atuando, pois 05 deles realizam outras atividades por motivo de readaptação.

Considerando o número de imóveis, o quantitativo ideal de Agentes para garantia da meta de 100% de 6 ciclos gira em torno de 32 profissionais. Cada ACE deveria realizar a cada 2 meses o total mínimo de 800 imóveis, ou s visitação de 20 a 25 imóveis ao dia, porém, com a estrutura atual de profissionais reduzida acima da metade (na ativa) todos os ciclos foram comprometidos com alcance de no máximo 30% das metas.

Ressalta-se que o cenário de insuficiência de profissionais na área implica na efetividade do Levantamento de Índice Rápido (LIRA) com relação a identificação de infestação pelo Aedes Aegypt, o qual ocorre bimestralmente.

8- Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade

Pactuado 2 casos e foram revelados 3 casos.

No ano de 2021 esse indicador teve aumento de casos em comparação ao ano anterior. Foram 03 ocorrências devidamente notificados correspondendo número superior a meta pactuada de no máximo 02 casos.

Verifica-se que o trabalho de busca ativa das mulheres para realização do pré-natal em tempo oportuno ainda requer intensificação para tratamento adequado da gestante e livramento da criança.

Outro fator preponderante corresponde ao fluxo de retorno nos casos dos partos de alto de risco que ocorrem fora do município, onde a informação chega tardiamente ao município de origem. Recomenda-se fortalecer as aç integradas entre Atenção Primária em Saúde e Vigilância em Saúde para melhor desempenho do indicador.

Ressalta-se que o serviço assistencial de exames está disponível em todas as Unidades para cumprimento do protocolo no 1º e 3º trimestre de gestação.

15- Taxa de mortalidade Infantil

Pactuado até 12 casos com resultado de 15 óbitos.

Tendo como referência a ocorrência de 15 óbitos no ano de 2019, 11 óbitos em 2020 e 15 óbitos em 2021, verifica-se que o referido indicador apresentou instabilidade, ora de redução e ora de crescimento de casos. Ressalta que as causas sugerem falha no Pré-Natal, na puericultura, baixa cobertura de visita domiciliar da gestante e outros.

Destaca-se que 100% dos casos foram devidamente investigados. Segue as causas dos óbitos:

P00 Fet rec-nasc afet afec mat n obr rel grav at (1)

P01 Fet-nasc afet complic maternas gravidez (1)

P02 Fet rec-nasc afet compl plac cord umb membr (3)

P05 Crescimento fetal retard e desnutric fetal (1)

P20 Hipoxia intra-uterina (4)

P95 Morte fetal de causa NE (1)

Q00 Anencefalia e malformações similares (1)

Q89 Outr malformações cong NCOP (3)

9. Execução Orçamentária e Financeira

A disponibilização dos dados do SIOPS, no DGMP, depende do prazo de publicação pelo DESID/SCTIE.

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção											
Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL	
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	2.433.386,01	11.281.033,99	378.928,35	0,00	0,00	0,00	0,00	14.093.348,35	
	Capital	0,00	440.246,89	641.675,77	0,00	13.057,08	0,00	0,00	0,00	1.094.979,74	
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	3.383.202,99	8.001.477,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.384.680,23	
	Capital	0,00	0,00	23.220,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.220,22	
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	109.916,96	793.883,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	903.800,50	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	315.534,20	904.516,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.220.050,49	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Subfunções	Corrente	0,00	5.885.891,63	1.332.658,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.218.550,44	
	Capital	0,00	0,00	139.569,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139.569,96	
TOTAL		0,00	12.568.178,68	23.118.035,82	378.928,35	13.057,08	0,00	0,00	0,00	36.078.199,93	

(*) ASPs: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 07/07/2022.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	8,34 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	88,55 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	13,60 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	97,00 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	21,65 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	43,02 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 509,57
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	35,80 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	13,44 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	10,42 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	3,49 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	58,28 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	16,07 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 07/07/2022.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	11.902.868,25	11.902.868,25	14.566.669,19	122,38
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.325.538,09	1.325.538,09	2.382.307,18	179,72
IPTU	1.168.261,74	1.168.261,74	2.329.758,78	199,42
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	157.276,35	157.276,35	52.548,40	33,41
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	825.666,57	825.666,57	530.173,87	64,21

ITBI	744.930,21	744.930,21	530.173,87	71,17
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	80.736,36	80.736,36	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.900.208,86	4.900.208,86	6.895.781,22	140,72
ISS	3.139.972,73	3.139.972,73	6.551.115,24	208,64
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	1.760.236,13	1.760.236,13	344.665,98	19,58
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	4.851.454,73	4.851.454,73	4.758.406,92	98,08
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	59.961.224,37	59.961.224,37	60.522.103,79	100,94
Cota-Parte FPM	39.757.819,31	39.757.819,31	38.190.090,22	96,06
Cota-Parte ITR	29.033,21	29.033,21	20.599,78	70,95
Cota-Parte do IPVA	1.176.534,59	1.176.534,59	2.699.874,54	229,48
Cota-Parte do ICMS	18.692.785,22	18.692.785,22	18.960.249,91	101,43
Cota-Parte do IPI - Exportação	305.052,04	305.052,04	651.289,34	213,50
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	71.864.092,62	71.864.092,62	75.088.772,98	104,49

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.670.938,23	1.942.438,23	2.873.632,90	147,94	2.852.620,21	146,86	2.594.759,91	133,58	21.012,69
Despesas Correntes	2.311.000,00	1.464.500,00	2.433.386,01	166,16	2.412.373,32	164,72	2.236.113,01	152,69	21.012,69
Despesas de Capital	1.359.938,23	477.938,23	440.246,89	92,11	440.246,89	92,11	358.646,90	75,04	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.197.359,00	3.714.645,00	3.383.202,99	91,08	3.182.158,44	85,67	2.915.928,11	78,50	201.044,55
Despesas Correntes	2.027.359,00	3.665.645,00	3.383.202,99	92,29	3.182.158,44	86,81	2.915.928,11	79,55	201.044,55
Despesas de Capital	170.000,00	49.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	50.000,00	113.000,00	109.916,96	97,27	59.915,36	53,02	2.836,80	2,51	50.001,60
Despesas Correntes	50.000,00	113.000,00	109.916,96	97,27	59.915,36	53,02	2.836,80	2,51	50.001,60
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	52.000,00	333.300,00	315.534,20	94,67	315.534,20	94,67	315.534,20	94,67	0,00
Despesas Correntes	52.000,00	333.300,00	315.534,20	94,67	315.534,20	94,67	315.534,20	94,67	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	5.218.250,50	6.176.550,50	5.885.891,63	95,29	5.660.548,52	91,65	5.427.153,43	87,87	225.343,11
Despesas Correntes	5.208.250,50	6.166.550,50	5.885.891,63	95,45	5.660.548,52	91,79	5.427.153,43	88,01	225.343,11
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	11.188.547,73	12.279.933,73	12.568.178,68	102,35	12.070.776,73	98,30	11.256.212,45	91,66	497.401,95

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	12.568.178,68	12.070.776,73	11.256.212,45
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	497.401,95	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00

(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPSP (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	12.070.776,73	12.070.776,73	11.256.212,45
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPSP (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			11.263.315,94
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPSP (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	807.460,79	807.460,79	-7.103,49
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	-7.103,49
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPSP (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	16,07	16,07	14,99

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPSP (m)	Valor aplicado em ASPSP no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2021	11.263.315,94	12.070.776,73	807.460,79	1.311.966,23	497.401,95	7.103,49	0,00	1.311.966,23	0,00	1.304.862,74
Empenhos de 2020	8.001.997,36	9.478.845,86	1.476.848,50	125.253,03	125.253,03	0,00	125.253,03	0,00	0,00	1.602.101,53
Empenhos de 2019	8.572.008,75	8.606.519,04	34.510,29	0,00	12.711,54	0,00	0,00	0,00	0,00	47.221,83
Empenhos de 2018	7.351.766,62	7.400.779,40	49.012,78	1.993.204,13	1.993.204,13	0,00	0,00	1.993.204,13	0,00	2.042.216,91
Empenhos de 2017	6.411.354,09	6.998.197,25	586.843,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	586.843,16
Empenhos de 2016	6.123.530,41	6.177.256,36	53.725,95	1.633,93	0,00	0,00	0,00	1.633,93	0,00	53.725,95
Empenhos de 2015	5.520.135,39	6.463.309,28	943.173,89	63.022,60	63.022,60	0,00	0,00	63.022,60	0,00	1.006.196,49
Empenhos de 2014	5.160.673,18	5.843.847,49	683.174,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	683.174,31
Empenhos de 2013	4.674.810,68	5.596.631,63	921.820,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	921.820,95

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r") **0,00**

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior) **0,00**

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012) **0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	21.185.565,84	21.185.565,84	21.026.876,79	99,25
Provenientes da União	20.217.524,14	20.217.524,14	20.396.833,29	100,89
Provenientes dos Estados	968.041,70	968.041,70	630.043,50	65,08
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	21.185.565,84	21.185.565,84	21.026.876,79	99,25

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	10.834.838,58	13.920.838,58	12.314.695,19	88,46	12.162.708,88	87,37	11.586.249,93	83,23	151.986,31
Despesas Correntes	8.123.000,00	13.177.000,00	11.659.962,34	88,49	11.507.976,03	87,33	11.049.216,68	83,85	151.986,31
Despesas de Capital	2.711.838,58	743.838,58	654.732,85	88,02	654.732,85	88,02	537.033,25	72,20	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	7.429.720,68	8.740.820,68	8.024.697,46	91,81	7.847.794,80	89,78	7.563.429,49	86,53	176.902,66
Despesas Correntes	6.980.500,00	8.501.600,00	8.001.477,24	94,12	7.826.374,58	92,06	7.542.009,27	88,71	175.102,66
Despesas de Capital	449.220,68	239.220,68	23.220,22	9,71	21.420,22	8,95	21.420,22	8,95	1.800,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	900.000,00	810.000,00	793.883,54	98,01	793.883,54	98,01	793.883,54	98,01	0,00
Despesas Correntes	900.000,00	810.000,00	793.883,54	98,01	793.883,54	98,01	793.883,54	98,01	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	1.052.000,00	974.000,00	904.516,29	92,87	894.671,34	91,86	885.667,89	90,93	9.844,95
Despesas Correntes	1.042.000,00	964.000,00	904.516,29	93,83	894.671,34	92,81	885.667,89	91,87	9.844,95
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	1.180.161,42	1.559.487,42	1.472.228,77	94,40	1.455.311,17	93,32	1.425.947,38	91,44	16.917,60
Despesas Correntes	1.120.161,42	1.419.187,42	1.332.658,81	93,90	1.315.741,21	92,71	1.286.377,42	90,64	16.917,60
Despesas de Capital	60.000,00	140.300,00	139.569,96	99,48	139.569,96	99,48	139.569,96	99,48	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)	21.396.720,68	26.005.146,68	23.510.021,25	90,41	23.154.369,73	89,04	22.255.178,23	85,58	355.651,52

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XLI) = (IV + XXXIII)	14.505.776,81	15.863.276,81	15.188.328,09	95,75	15.015.329,09	94,65	14.181.009,84	89,40	172.999,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	9.627.079,68	12.455.465,68	11.407.900,45	91,59	11.029.953,24	88,56	10.479.357,60	84,13	377.947,21
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	950.000,00	923.000,00	903.800,50	97,92	853.798,90	92,50	796.720,34	86,32	50.001,60
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	1.104.000,00	1.307.300,00	1.220.050,49	93,33	1.210.205,54	92,57	1.201.202,09	91,88	9.844,95

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	6.398.411,92	7.736.037,92	7.358.120,40	95,11	7.115.859,69	91,98	6.853.100,81	88,59	242.260,71
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	32.585.268,41	38.285.080,41	36.078.199,93	94,24	35.225.146,46	92,01	33.511.390,68	87,53	853.053,47
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	21.297.500,00	25.925.926,00	23.510.021,25	90,68	23.154.369,73	89,31	22.255.178,23	85,84	355.651,52
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	11.287.768,41	12.359.154,41	12.568.178,68	101,69	12.070.776,73	97,67	11.256.212,45	91,08	497.401,95

FONTE: SIOPS, Par404/03/22 09:48:55

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2021 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (INVESTIMENTO)	1030150198581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	R\$ 280.169,00	R\$ 0,00
	1030250188535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	R\$ 649.314,00	649314000,00
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	10122501821C0 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	R\$ 80.000,00	8000000,00
	1012250182F01 - REFORÇO DE RECURSOS PARA EMERGENCIA I	R\$ 620.014,00	620014000,00
	103015019219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 9.889.692,38	988969238,00
	10301501921CE - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE	R\$ 15.675,83	1567583,00
	1030150192E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R\$ 3.101.000,00	310100000,00
	1030250188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 3.581.052,52	358105252,00
	1030250188585 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	R\$ 235.500,00	235500000,00
	10303501720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R\$ 529.372,75	52937275,00
	10304502320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 43.102,20	4310220,00
	10305502320AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 1.035.979,59	103597959,00
	10306503320QH - IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	R\$ 13.000,00	13000,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 - Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 - Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

9.5. Covid-19 Repasse União

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2020)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	5.828.192,40	700.014,00	6.528.206,40
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicas para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	1.477.333,22	1.477.333,22
Recursos advindos de transposição de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Conforme LC 173/2020	0,00	0,00	0,00

Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). MP 938/2020	0,00	0,00	0,00
Outros recursos advindos de transferências da União	0,00	0,00	0,00
Total de recursos advindos de transferência da união para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVIRUS (COVID-19)	5.828.192,40	2.177.347,22	8.005.539,62

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	2.177.347,22	2.177.347,22	2.177.347,22
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	5.828.192,40	5.828.192,40	5.828.192,40
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	8.005.539,62	8.005.539,62	8.005.539,62

CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR COVID-19													
Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2021 - Restos a pagar processados (a)	Inscrição em 2021 - Restos a pagar não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2020 - RPs processados (a)	Inscrição em 2020 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2020 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)	Saldo até o bimestre - RPs não processados j= (b - f - h)
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Gerado em 07/07/2022 19:34:48

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.6. Covid-19 Recursos Próprios

Quadro demonstrativo da aplicação de recursos próprios no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2020)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Total	0,00	0,00	0,00

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00

Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR COVID-19

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2021 - Restos a pagar processados (a)	Inscrição em 2021 - Restos a pagar não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2020 - RPs processados (a)	Inscrição em 2020 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2020 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)	Saldo até o bimestre - RPs não processados j= (b - f - h)
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	3.600,00	30.000,00	33.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	30.000,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	3.600,00	30.000,00	33.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	30.000,00

Gerado em 07/07/2022 19:34:48

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.7. Covid-19 Repasse Estadual

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos do estado para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)

Descrição do recurso	SALDO DO RECURSO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2020)	RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE	SALDO TOTAL
Recursos de transferências do estado para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)

Descrição das Subfunções/Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR COVID-19

Descrição das Subfunções/Despesas	Inscrição em 2021 - Restos a pagar processados (a)	Inscrição em 2021 - Restos a pagar não processados (b)	Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b	Inscrição em 2020 - RPs processados (a)	Inscrição em 2020 - RPs não processados (b)	Inscrição em 2020 - Saldo total (c) = a+b	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs processados Pago (d)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs processados Cancelado (e)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Liquidado* (f)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Pago (g)	Execução de RPs inscritos em 2020 - RPs não processados - Cancelado (h)	Saldo até o bimestre - RPs processados i= (a - d - e)	Saldo até o bimestre - RPs não processados j= (b - f - h)
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Gerado em 07/07/2022 19:34:52

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

• Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	RECETAS REALIZADAS
	Até o bimestre (b)
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	14.566.669,19
Recetta Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.382.307,18
IPTU	2.329.758,78
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	52.548,40
Recetta Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	530.173,87
ITBI	530.173,87
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0
Recetta Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.895.781,22
ISS	6.551.115,24
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	344.665,98
Recetta Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	4.758.406,92
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	60.522.103,79
Cota-Parte FPM	38.190.090,22
Cota-Parte ITR	20.599,78
Cota-Parte do IPVA	2.699.874,54
Cota-Parte do ICMS	18.960.249,91
Cota-Parte do IPI - Exportação	651.289,34
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0
Desoneração ICMS (LC 87/96)	0
Outras	0
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	75.088.772,98

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	RECEITAS REALIZADAS
	Até o Bimestre (b)
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	21.026.876,79
Provenientes da União	20.396.833,29
Provenientes dos Estados	630.043,50
Provenientes de Outros Municípios	0
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	21.026.876,79

Trata o presente relatório das receitas e despesas com os Serviços Públicos de Saúde realizadas até o ano de 2021.

As informações a seguir são provenientes do SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM SAÚDE (SIOPS), para as quais se observa que o total de receitas realizadas, R\$ 75.088.772,98, até o ano de 2021, o que corresponde a 104,49% do montante previsto para o exercício financeiro. Desse valor R\$ 60.522.103,79, são provenientes de Transferências Constitucionais, o que representa 80,6% das receitas do Município de Santa Izabel do Pará que compõe a base de cálculo para cumprimento do limite mínimo a ser aplicado com Serviços Públicos de Saúde. A arrecadação Municipal fez o montante de 14.566.669,19, o que representa 122,38% do montante acima mencionado.

Em relação aos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde, assim como pelo Fundo Estadual, somaram até este quadrimestre o montante de 21.026.876,79.

Em relação aos recursos transferidos no item de Execução Orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho para Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária em Saúde no valor de R\$ 280.169,00 (Duzentos e oitenta mil cento e sessenta e nove reais) informamos que o mesmo será executado no próximo exercício de 2022.

DESPESAS REALIZADAS

Em relação as despesas realizadas, até o terceiro quadrimestre de 2021, tem-se que o montante de R\$12.070.776,73, que corresponde a 16,07% da receita de impostos foram gastos em ações de serviços públicos de saúde no Município de Santa Izabel do Pará, percentual acima do limite mínimo exigido.

O percentual mínimo legal conforme impõe o artigo 7º da Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012, dispõe:

Art. 7º Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea b; do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

No que se refere as despesas totais realizadas em 2021, dos R\$ 36.078.199,93, custeados com serviços públicos de saúde, observa-se no quadro abaixo que a maior parte, no caso R\$15.188.328,09, foram empenhados na Atenção Básica, o que representa 42%, seguido da Assistência Hospitalar e Ambulatorial, com dispêndio de 32% correspondente a R\$ 11.407.900,42. As demais subfunções somaram 26% dos recursos aplicados com os serviços públicos de saúde.

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DESPESAS EMPENHADAS	
	Até o bimestre (d)	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXIII)	15.188.328,09	42%
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIV)	11.407.900,42	32%
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXV)	903.800,50	3%
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXVI)	1.220.050,49	3%
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVII)	0	0%
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVIII)	0	0%
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXIX)	7.358.120,40	20%
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XL)	36.078.199,93	
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	23.510.021,25	
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	12.568.178,68	

Em relação ao gasto por categoria econômica, temos que dos R\$ 36.078.199,93, executados até o terceiro quadrimestre, R\$ 22.845.369,57 foram dispêndios com despesas correntes, ou seja, foram despesas de custeio (manutenção, medicamento, oxigênio, entre outros), despesas com pagamento de folha e encargos sociais e 3% foram gastos com investimentos, tanto na compra de equipamentos quanto em reforma de unidade de saúde.

Categoria	Valor	%
Despesa Corrente	34.820.430,01	97%
Despesa de Capital	1.257.769,92	3%
	36.078.199,93	

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 04/07/2022.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 04/07/2022.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

Mediante consulta no Sistema Nacional de Auditoria do SUS o Município de Santa Isabel do Pará não recebeu demandas de Auditoria no período de 2021.

11. Análises e Considerações Gerais

Ao analisar o desempenho da Programação Anual de Saúde 2021 verificou-se que dos 49 indicadores pactuados o total de 07 não apresentaram desempenho efetivo representando cerca de 15,60% que comparado ao ano anterior de 26,5% evidencia-se avanço moderado. Segue abaixo ocorrências e entraves no processo de trabalho destacados como desafios para o próximo exercício:

- Ø Persistência na fragilidade quanto a integração do trabalho de redes de serviços;
- Ø Política de Educação Permanente em Saúde e de Humanização insipientes;
- Ø Descompasso em processo de ajustes e alinhamento entre a gestão da assistência em saúde/gestão e a área administrativo-financeira;
- Ø Retaguarda insuficiente de serviços de média e alta complexidade na região de saúde devido persistência do vazio assistencial;

Neste ano a participação da receita própria aplicada em saúde correspondeu a 16,07%, tendo como parâmetro de investimento a preconização da Lei Complementar/LC nº 141/2012 (fonte SIOPS/2020).

Quanto ao fenômeno da Pandemia COVID 19 no ano de 2021, houve um acréscimo dos casos positivos chegando a 1.617 representando um aumento significativo da evolução da doença, desse casos foram a óbito representando o percentual de 0,08 da população. Ressalta-se que o maior índice de mortes se encontra na faixa de 65 a 74 anos.

Em suma, levando-se em consideração todos os aspectos pertinentes a pandemia que a nível municipal desencadeou inúmeros processos de adoecimentos e reações e agravos imediatos, a médio e longo prazo, com redução comprometimento de outras ações da rotina da política pública de saúde, impondo desafios complexos a comunidade científica no enfrentamento da doença, evidencia-se que o compromisso e responsabilidade com a saúde população foram mantidos apesar da mudança do foco por imposição deste fenômeno.

Considerando a complexidade de todos os processos de trabalho da assistência e gestão em saúde, onde o município vem crescendo e desenvolvendo ano após ano, principalmente na Atenção Primária em Saúde, onde a cobertura de Estratégia Saúde da Família corresponde a 92,58%, ou seja, 19 ESF, sendo 01 Ribeirinha e 100% de cobertura de Atenção Básica, avalia-se avanços em diversas áreas, a seguir:

- Ø Infraestrutura predial (construção e reforma de Unidades e aquisição de equipamentos);
- Ø Descentralização do componente básico do PNAISP (Assistência Farmacêutica);
- Habilitação do Programação Melhor em Casa;

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

Com base no resultado do desempenho da PAS de 2021, recomenda-se a introspecção da gestão e trabalhadores da saúde para o replanejamento estratégico das ações, principalmente dos indicadores que não alcançaram as metas e serem implementadas no ano de 2022. Quanto aos demais indicadores sugere-se a qualificação das ações. Em destaque os indicadores abaixo:

INDICADOR: Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica.

↳ Intensificar Ações de Promoção e Prevenção integradas com outros programas e Instituições municipais e/ou outras esferas.

INDICADOR: Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.

↳ Qualificar a Rede de Atenção à Saúde da Mulher e ampliar a oferta de consultas ginecológicas, medicamentos, exames laboratoriais com resultados em tempo oportuno. Pactuar exame na Própria região de Saúde (Expectativa de habilitação do serviço no município de Santo Antônio do Tauá).

INDICADOR: Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.

↳ Pactuar exame na Própria região de Saúde (Expectativa habilitação do serviço no município de Santo Antônio do Tauá)

INDICADOR: Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica

↳ Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e intensificar ações Intersetoriais;

INDICADOR: Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos.

↳ Desenvolver ações Intersetoriais de prevenção da gravidez na adolescência. Implementar Rede de Atenção Materno-infantil (Rede Cegonha).

INDICADOR: Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação

↳ Intensificar a logística na divulgação Investimento na informatização das Salas de vacina. Intensificar a busca Ativa.

INDICADOR: Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.

↳ Planejamento Integrado junto ao Sistema Prisional do Estado do Pará (SEAP).

INDICADOR: Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da Dengue

↳ Regularizar o quantitativo de profissionais (ACE).

INDICADOR: Proporção de ações de educação permanente implementadas e/ou realizadas.

↳ Implementar a Política de Educação Permanente em Saúde.

Segue abaixo outras recomendações pertinentes ao planejamento da gestão que darão suporte as ações de saúde na efetividade do SUS através do fortalecimento das Redes de Atenção.

Ø Informatização das Estratégias Saúde da Família _ Prontuário Eletrônico Cidadão/PEC;

Ø Implantação do Programa Saúde na Hora;

Ø Ampliação da Frota de Veículos/Ambulâncias Tipo A e outros;

Ø Estruturação da Estratégia Saúde da Família Kato com mudança de tipologia;

Ø Estruturação do Hospital Municipal Edilson Abreu

Ø Implementar a Rede Cegonha;

Ø Manutenção da Equipe de Monitoramento e Rastreamento-Covid-19

Ø Garantir a cobertura de vacinação de COVID 19 em 100% na população de acordo com orientações do MS;

Ø Construção da Academia de Saúde do Distrito de Caraparu;

Ø Ativar o Centro de Obstetrícia do Hospital Municipal;

Ø Ampliação do Programa Hórus/Assistência Farmacêutica;

Ø Readequação do Espaço Físico da UPA: funcionamento dos serviços do Centro de Testagem e Aconselhamento/CTA, Centro de Apoio Diagnóstico e Terapêutico e Centro de Cuidado Especializado de Saúde Mulher/CCESM;

Ø Estruturar o Programa Saúde do Trabalhador;

Ø Reorganizar, reestruturar e ampliar a cobertura dos Serviços de média complexidade prioritariamente no próprio território e/ou na região de saúde, ou através da pactuação em outras regiões (aquisição de mamógrafos, outros, especialidades/ Neurologia, etc.);

Ø Criar o Centro de Formação Municipal de Educação Permanente em Saúde;

Ø Qualificação do Serviço Móvel de Urgência e Emergência / SAMU 192;

Ø Ampliação do serviço de Telemedicina;

Ø Ampliação, desenvolvimento e qualificação de Recursos Humanos;

Ø Implantação do Centro de Cirurgia de Alta Frequência (CAF);

Ø Qualificação e intensificação das Ações de Vigilância em Saúde;

Ø Manter e fortalecer as estratégias no controle do COVID19;

MARIA JOSE DOS SANTOS ASSUNCAO
Secretário(a) de Saúde
SANTA IZABEL DO PARÁ/PA, 2021

Parecer do Conselho de Saúde

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:
Sem Parecer

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:
Sem Parecer

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:
Sem Parecer

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:
Sem Parecer

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:
Sem Parecer

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:
Sem Parecer

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:
Sem Parecer

Auditorias

- Considerações:
Sem Parecer

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:
Sem Parecer

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:
Sem Parecer

Status do Parecer: Em Elaboração

SANTA IZABEL DO PARÁ/PA, 25 de Agosto de 2023

Conselho Municipal de Saúde de Santa Izabel Do Pará